



EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES DE ESCOLAS REGULARES SOBRE O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO L2 PARA SURDOS

Palavras-Chave: professores, ensino de português, surdos

Autores(as):

Vitória Carolina de Faria Macedo – FCM/UNICAMP

Prof.^a. Dr.^a. Ivani Rodrigues Silva (orientadora) FCM/UNICAMP

INTRODUÇÃO:

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua da comunidade Surda no Brasil, a sua expressão e recepção ocorrem por meio de um canal visuoespacial, sendo assim diferente da língua oral, como o português, que ocorre por meio do canal oral e auditivo. A lei no 10.436 que reconhece a Libras como um meio de comunicação e de expressão da comunidade surda teve sua sanção apenas em 24 de abril de 2002 e foi regulamentada pelo Decreto 5626 apenas em 2005. Apesar de ser relativamente recente, a lei e seu decreto garantem o apoio ao seu uso e difusão da Libras, além de destacar o português como uma segunda língua para essa população. O decreto menciona, além disso, que as instituições devem realizar avaliações através de mecanismos coerentes com o português sendo L2, ou seja, valorizando aspectos semânticos e reconhecendo as singularidades linguísticas quando aplicadas no português de forma formal (Cruz, 2011).

Atualmente na educação brasileira, podemos encontrar três tipos de modalidades escolares para crianças e jovens surdos, sendo elas: a escola bilíngue, escola polo e a escola regular. Dados dos censos demográficos do IBGE de 2010 elucidam que a região do Sudeste do País apresenta, no total, de surdos severos 867.781. Segundo o Censo escolar de 2016 cerca de 21.841 surdos e 578 surdocegos estão matriculados na educação especial. Em geral, no estado de São Paulo, no ensino médio, 0,7% dos estudantes estão matriculados em escola federal, 82,9% estadual, 1,5 % em municipal e 15,7% privada. Já no ensino fundamental anos finais 85,1% estão matriculados em escola estadual, 23,3% em escolas municipais e 18,8% em escolas particulares e nos anos iniciais 20,6% em escolas estaduais, 58,7% em municipais e 20,6% em escolas particulares. Logo, com os dados demográficos disponíveis no País, é possível presumir que é na escola regular que a maioria dos estudantes surdos estão matriculados.

Quando um ouvinte busca aprender algo ao longo da vida, sua língua materna será sua base para adquirir novos conhecimentos, interpretações e compreensões do novo. Quando se trata de um indivíduo surdo, isso não deveria mudar, para que o aluno compreenda e aprenda, ele necessita da Libras, ou seja, sua base de referência, para aprender algo, como a escrita em português, mas não é o acontece de forma geral como estudantes surdos. Segundo Quadros (2006) os alunos surdos precisam utilizar os mesmos materiais utilizados pelos ouvintes, podendo causar frustração ao aluno surdo que, em geral, não consegue acompanhar o processo de ensino feito para ouvintes, sendo uma barreira frente a sua aprendizagem. Para um ensino ser eficaz para alunos surdos, é necessário que sejam abordadas estratégias pedagógicas diferenciadas, e as práticas de leitura e escrita desenvolvidas em sala de aula privilegiam aspectos que partem da linguagem oral (PEIXOTO, 2006), beneficiando apenas aos ouvintes.

É comum encontrar discursos em que os surdos são colocados como indivíduo com um menor desempenho acadêmico, principalmente dentro da escola regular, quando são comparados aos alunos ouvintes. Porém, o mais comum ainda são profissionais que não incorporam a Libras em seus métodos. Guarinello et al (2006) evidenciou em sua pesquisa, realizada no Paraná, que os professores ainda

apresentam uma visão reducionista de alunos surdos e sua aprendizagem, considerando-os incompetentes para aprender. Além disso, destaca a falta de discussão sobre a importância da aprendizagem da Libras pelos professores. Mesmo com intérpretes em sala de aula, o professor não deveria se isentar de ter conhecimento sobre a Libras, assumindo a comunicação e a interação com o aluno e não deixando essa tarefa apenas para o intérprete.

A sociedade escolar está ainda muito presa às representações vigentes nas grandes narrativas, ou seja, ainda prefere que o indivíduo surdo aprenda a falar e escrever português em sua norma culta. Logo, observa-se o não entendimento de que o surdo pode ser um indivíduo bilíngue, cuja primeira língua vem a ser Libras e o português, como segunda língua e que há necessidade de novas estratégias com métodos e materiais escolares específicos para se alcançar êxito nesse processo.

METODOLOGIA:

Pesquisa qualitativa, transversal e exploratória. Os participantes da pesquisa foram 25 professores de escolas regulares em Campinas e região do ensino fundamental 1 ao ensino médio. Os dados foram coletados através de um formulário eletrônico. Os dados foram analisados através da análise de conteúdo de Bardin (1997).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Após a análise dos dados coletados através do formulário eletrônico, foram selecionados 25 voluntários dos quais foram nomeados de A a X. Para a discussão, foram selecionadas e agrupadas as respostas das seguintes temáticas: área de formação e tipo de escola regular, reflexões sobre a temática do aluno surdo durante a formação, experiência em lecionar para alunos surdos, conhecimento de Libras e percepção sobre a aprendizagem do aluno surdo e o ensino do português como L2.

Acerca de suas áreas de formação, foram encontrados professores formados em: pedagogia, matemática, letras, educação física, história, licenciatura em química, biológica, licenciatura em física, geografia e artes visuais, sendo sua grande maioria da amostra indivíduos formados em letras.

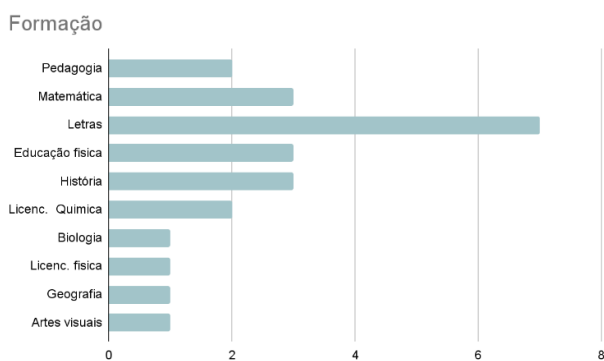


Gráfico 1 - Formação dos professores



Gráfico 2 - Tipo de escola em que os professores ministram suas aulas

Foram encontrados dados referentes ao tipo de escolas em que os professores ministram suas aulas e a região em que ela está localizada.

Quando questionados acerca da sua formação, como a leitura e reflexões a respeito de pessoas surdas, as respostas variam, mas segundo os participantes, há uma defasagem acerca desse assunto nos cursos de formação. Apesar de 58,3% informarem que tiveram contato com reflexões e leituras sobre indivíduos surdos durante sua formação e de forma superficial.



Gráfico 3 - Localização das escolas

Excerto 1 - S

“Apenas uma breve disciplina onde era realizado leituras e tinha ensino de libras básica.”

Em relação aos professores participantes que já lecionam para alunos surdos, foram encontrados 14 professores que tiveram alunos surdos em suas salas de aula, e 1 como estagiária. Destes 14, todos eram da rede pública.

Excerto 2 – M

“Sim, ainda acompanho ela, dei aula para ela no 8 ano, atualmente ela está no 2º ano do ensino médio”

A respeito do conhecimento de Libras que os professores possuem, 11 indivíduos afirmaram ter apenas o conhecimento básico da Libras, como o alfabeto e sinais básicos. Em geral, a aprendizagem da Libras se deu por meio de cursos *on-line*, *workshop*, cursos de licenciatura, graduação e através do cotidiano na escola.

Conhecimento acerca da indivíduos surdos durante sua formação

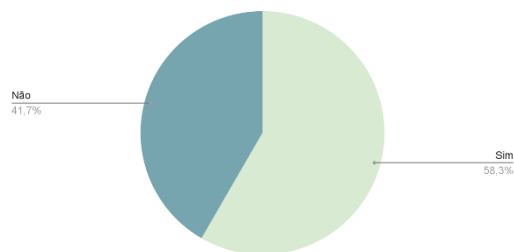


Gráfico 4 - Conhecimento sobre indivíduos surdos durante sua formação acadêmica

No que diz respeito ao bilinguismo, 3 participantes relataram não saber nada sobre o Português ser uma segunda língua e o surdo como possibilidade de ser um indivíduo bilíngue. Todos os outros 22 participantes afirmaram saber do que se trata o conceito do bilinguismo, sendo a libras como L1 e o português como L2.

Conhecimento dos professores acerca do bilinguismo

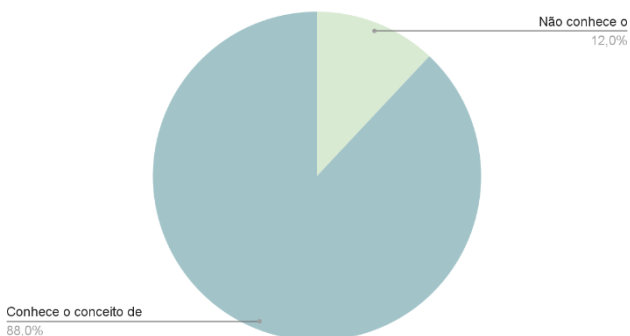


Gráfico 5 - Conhecimento sobre o bilinguismo de indivíduos surdos

Excerto 3 - E

“Libras é a primeira língua, português é a segunda. Pessoa surda bilíngue domina as duas línguas (libras e português)”

Apesar de demonstrarem ter um conhecimento base sobre o bilinguismo e a libras como língua materna, é possível observar respostas com influência da comunidade majoritária em que o indivíduo está inserido. Ademais, há respostas que reforçam a ideia de que quem precisa se adaptar à sociedade são os surdos, através da

oralização e escrita, excluindo a importância de os ouvintes aprenderem a Libras.

Excerto 4 - G

“Significa que o indivíduo fica mais próximo da nossa maneira de se comunicar. Não fechado apenas na forma de comunicação deles.”

É importante destacar que a libras é uma linguagem de forma espacial, sendo articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo e que apresenta regras gramaticais próprias, não se caracterizando como abreviaturas da língua portuguesa ou de qualquer outra língua oral.

Excerto 5 - J

“Sua primeira língua é a libras, sendo assim para aprender o português precisa ter aulas de português que por sua vez não é tão fácil, pois quando se fala em libras muitas palavras são abreviadas, diferente da língua portuguesa.”

Quando questionados sobre o aprendizado do aluno surdo ser ou não similar ao aprendizado de um aluno ouvinte, os professores responderam que o aluno surdo possui a mesma capacidade de aprendizagem, porém necessitando de modificações no método de ensino utilizado.

Excerto 6 - E

“Com certeza não, pois uma parte do processo de aprendizagem envolve a escuta (com seus ritmos, entoação e particularidades) sendo assim, necessário adaptação para o surdo.”

Dentro do âmbito da educação, espera-se que quando se leciona para alunos surdos, haja a necessidade de desenvolver situações didáticas e currículos adaptados para o surdo, promovendo suas habilidades linguísticas na Libras, para utilizá-la durante a aprendizagem do Português como L2.

Excerto 7 - I

“Não, acredito que por questões de acessibilidade e necessidade de uma equidade no acesso, a forma de aprender pode ser diferenciada (o que não significa que é inferior).”

Apesar da narrativa da dificuldade por conta da falta de domínio do português, espera-se que os professores não simplifiquem os conteúdos para os alunos surdos, promovendo uma sensação de que eles estivessem atrasados quando comparados aos alunos ouvintes. Além disso, destaca-se a necessidade de não infantilizar os alunos surdos dentro das salas de aula regulares nas redes estaduais, municipais e particulares.

Por fim, é possível notar a consciência entre estes profissionais acerca da diferenciação entre o aprendizado do surdo e do ouvinte. As dificuldades apontadas pelos professores permeiam a dificuldade com a língua, acessibilidade, e recursos utilizados para o ensino na escola regular.

CONCLUSÕES:

Observou-se que os professores da Educação Básica, no Brasil, compreendem a educação dos alunos surdos de forma superficial durante sua formação, ou seja, em seus cursos de graduação não há nenhuma disciplina específica para a discussão do ensino para estudantes surdos. Além disso, não há relatos de educação continuada acerca desta temática depois de sua formação, e muito menos de cursos de formação em Libras.

A maioria dos alunos surdos se encontra na rede pública de ensino, seja em região central, seja em região afastada dos grandes centros. Apesar da presença dos intérpretes, segundo a lei, a falta de conhecimento dos professores sobre a Libras pode ocasionar um tipo de simplificação do conteúdo traduzido pelo intérprete em sala de aula, levando o surdo a se sentir “atrasado” quando se compara aos outros alunos ouvintes em sua sala.

Os docentes demonstram ter conhecimento acerca do bilinguismo e da forma de aprender do aluno surdo, e relacionam diretamente com a Libras como primeira língua, e o português como segunda língua. Apesar disso, percebe-se uma influência da abordagem oralista em seus depoimentos, quando dizem ~~em~~ que o surdo necessita se adaptar a sociedade majoritária a fim de proporcionar uma comunicação efetiva, e de que a Libras é uma variedade do Português através de abreviações, o que não é verdadeiro.

Em conclusão, observa-se que a falta da base acerca da temática da educação de surdos durante a formação e da educação continuada, perpetuam ideias, formas de ensinar, insuficientes para a educação dessa população. É necessário que políticas públicas sejam de fato aplicadas, e que se expanda de forma eficaz dentro da formação de docentes, seja na rede básica de ensino, seja no ensino superior.

BIBLIOGRAFIA

Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1977.

BRASIL. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 27 abr. 2022

DE ALMEIDA, Magno Pinheiro; ALMEIDA, Miguel Eugênio. História de LIBRAS: característica e sua estrutura. **Revista Philologus**, Ano, v. 18, 2012.

GUARINELLO, Ana Cristina et al. A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 12, p. 317-330, 2006

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 27 abr. 2022.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Reflexões sobre a escrita de alunos surdos expostos à abordagem bilíngue de educação. **Desafios para uma nova escola: um olhar sobre o processo ensino-aprendizagem de surdos**. João Pessoa, PB: Editora da UFPB, p. 49-64, 2011.

QUADROS, Ronice Müller de. Inclusão de surdos. IN: Ensaaios pedagógicos construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e pesquisa**, v. 39, p. 49-63, 201

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. (1999, 21 de dezembro). Regulamenta a Lei nº 7.853, de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, 10.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. (2011, 18 de novembro). Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, 12. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm

DA CRUZ, Sylvania Dueles. A Transitividade na Escrita do Surdo Bilíngue segundo a Abordagem Funcionalista. In: **Anais do Congresso Nacional de Estudos Linguísticos-CONEL**. 2011

DE QUADROS, Ronice Müller; SCHMIEDT, Magali LP. Ideias para ensinar português para alunos surdos. **Brasília: Mec, SEESP**, 2006

MORAIS, Mariana Peres de; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. Inclusive bilingual education for the deaf as a space of resistance. **Pro-Posições**, v. 31, 2020

PEIXOTO, Renata Castelo. Algumas considerações sobre a interface entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda. **Cadernos Cedes**, v. 26, p. 205-229, 2006.

Prefeitura de São Paulo (Org.). História da Educação Bilíngue para Surdos. 1 p. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educacao-especial/programa-de-educacao-bilingue-para-surdos/historia-da-educacao-bilingue-para-surdos/>.